

A SEMANA **DIFRAO**

Suplemento de Economia

CAIXA ECONÓMICA DE CV -
**Hora de
recomposição
dos órgãos
sociais**
Pág. 3

- ENTREVISTA COM RENATO LIMA -

**"ARE pauta
suas acções
por critérios
técnicos"**



págs. 4,5

Clothing

**Baixa
produtividade
dificulta o
pagamento
de salários**

Centrais

Correios

**Sindicatos
ameaçam
com greve
nacional**

pág. 2

Trabalhadores contribuintes

O Ministério das Finanças e do Planeamento vai devolver aos contribuintes singulares cerca de 200 mil contos relativos à cobrança de 2002. Os concelhos mais pobres são os primeiros a ter os respectivos desembolsos, ficando para o fim os dois mais importantes centros do país, Praia e Mindelo. Dez mil contos/dia é o montante a ser devolvido aos cidadãos até Junho.

Cerca de 200 mil contos é o montante que a Direcção Geral de Contribuição e Impostos vai devolver aos contribuintes singulares do método declarativo, com referência a 2002. Em contrapartida, 260 mil contos foi o montante arrecadado pelo tesouro no mesmo período, ficando, portanto, o Estado com um saldo de 60 mil contos desta relação entre ele e os contribuintes do sistema fiscal nacional.

Ao que este jornal apurou as devoluções vão acontecer de forma faseada e crescente, de modo a **"não pôr em risco os pagamentos dos salários, das pensões, dos investimentos e da dívida pública nos prazos regulamentares e de acordo com os compromissos assumidos"**, segundo decisão superior. Praia e São Vicente são os concelhos que mobilizam maior número de contribuintes, com 92 mil contos e cerca de 53 mil contos, respectivamente. Seguem-se Sal (15 mil contos) e Ribeira Grande de Santo Antão (7 mil contos).

As devoluções, segundo dados da DGCI, vão acontecer em cinco fases, consoante os montantes em causa e a disponibilidade de caixa de cada repartição das Finanças. Em princípio, são dez mil contos dia o valor que o Estado conta desembolsar até Junho. Primeiro serão os concelhos considerados mais pobres, seguindo-se os restantes em que a cobrança verificada foi maior. Assim, na primeira etapa, as devoluções vão acontecer em Santa Cruz, Paul, Boa Vista, Mosteiros, Maio e Brava.

A segunda etapa os concelhos abrangidos são: Tarrafal, Santa Catarina, Porto Novo e São Nicolau. A terceira, Ribeira Grande e São Filipe; a quarta, Sal, a quinta e última, Praia e São Vicente.

Entretanto, em comunicado chegado a esta redacção, o MFP desmente o Sindicato Democrático de Professores (SINDEP) segundo o qual, com o novo regime de retenção na fonte, adoptado com o último OGE, essa categoria profissional **"passou a pagar mais impostos"**. Para aquele ministério, **"os ganhos para os trabalhadores e funcionários públicos e o impacto positivo no rendimento disponível das famílias com rendimentos mais baixos são flagrantemente e incontestáveis"**. O comunicado cita vários exemplos de ganhos da categoria, em valores que chegam a atingir os 4,5%. As únicas excepções são as referências 7-A ou 7-B que, por algumas vicissitudes, **"sofreram uma ligeira correcção entre 0.5 e 1 ponto percentual"**.

CA DOS CORREIOS ATRIBUI 2%



Os sindicatos que representam os trabalhadores dos Correios de Cabo Verde, o Sitthur. (Praia) e o Simetec (São Vicente) estão insatisfeitos com esta empresa nacional que, dizem, a meio das negociações, decidiu atribuir um aumento salarial unilateral de 2%, com efeitos retroactivos a Janeiro de 2005. Com esta atitude, crêem os sindicalistas, os CCV colocaram os sindicatos e os trabalhadores perante um facto consumado.

SINDICATOS ameaçam com greve nacional

Carlos Lopes disse ao **Cifrão** que os trabalhadores dos correios de Cabo Verde já autorizaram o Sitthur a contestar energicamente a medida que, afirmam, representa um desrespeito a este sindicato e aos seus filiados, tendo em conta que as negociações não tinham sido concluídas. Diante disso, consideram que a administração da CCV interrompeu deliberadamente o diálogo iniciado em Março sobre a actualização salarial. **"Contestamos a tentativa de tornar em facto consumado, a atribuição dos 2% de actualização salarial, que não dá satisfação aos trabalhadores e não respeita os acordos salariais estabelecidos entre o governo e os parceiros sociais, a nível da Concertação Social, nos anos de 2004 e 2005"**, lê-se numa nota da Sitthur, dirigida ao CA dos CCV.

Os dois sindicatos exigem, por isso, a revisão imediata do conteúdo da Ordem de Serviço que fixou o aumento salarial em 2%, por forma a absorver a percentagem de 1%

que não foi atribuída no ano transacto, o que, a seu ver, se traduziu em manifestos prejuízos para os trabalhadores dessa empresa. A par disso, esses sindicatos asseguram que é firme propósito deles tudo fazer, inclusive recorrer a outras formas de luta, designadamente a greve nacional, até à completa recuperação do débito salarial. E porque acreditam que ainda é possível fazer um retrocesso que anule esse conflito latente, os sindicatos solicitaram a intervenção da Direcção-Geral do Trabalho porque, dizem, caso a empresa insista em aplicar os 2%, a situação evoluirá para greve.

O presidente do CA dos Correios de Cabo Verde reconhece que reuniu com os sindicatos e os trabalhadores e mostrou as dificuldades que a empresa atravessa, mas também os projectos de investimentos que têm em carteira para 2005, e que rondam os 80 mil contos. E, porque não houve nenhuma reacção em contrário, Filinto Santos disse ao **Cifrão** que a empresa decidiu conceder 2%

de aumento agora e, quando no CCV houver sinais de recuperação, a percentagem de 1% que vem de 2004.

"Sempre defendemos que não está fora de questão a atribuição do 1% referente ao ano passado, só que não agora. Temos um encargo com o pessoal que é exagerado - a CCV tem actualmente 224 trabalhadores - para um volume de negócios de apenas 300 mil contos", revela.

Sobre os projectos de investimentos, Santos informa que consistem na modernização dos correios, mais concretamente na informatização dos balcões, mas também na montagem de um serviço de correio híbrido, que se destina essencialmente aos emigrantes e que mistura o correio tradicional com a utilização de meios informáticos. Há ainda um projecto de banco postal direccionado para pessoas de baixo rendimento e das zonas rurais, a par da formação e da divulgação de uma nova imagem da CCV.

CP

Bolsa de Valores tem direcção

O economista Veríssimo Pinto é o presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Cabo Verde. Além dele integram o mesmo órgão o economista Elias Monteiro e o jurista Carlos Santos, ambos como administradores não-executivos.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde, criada nos finais dos anos noventa e que praticamente nunca funcionou, já tem o seu novo conselho de administração. O jovem quadro Veríssimo Pinto, formado em economia com incidência na área da bolsa de valores, é o novo presidente do CA daquela entidade situada na Achada de Santo António, e que é vista como o primeiro passo do projecto de transformar Cabo Verde numa praça financeira internacional.

Além de Veríssimo Pinto, integram a mesma estrutura directiva, como administradores não-executivos, Elias Monteiro, ex-director-geral das Contribuições e Impostos e actualmente assessor do ministro das Finanças para a área da administração fiscal, e Carlos Santos, jurista e presentemente director do Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças e Planeamento.

Criada nos finais dos anos noventa, a Bolsa de Valores pra-

ticamente nunca saiu do papel. Encerrada para reestruturação, o seu processo arrasta-se entretanto desde o início desta governação. Agora, as autoridades nacionais garantem que estão reunidas as condições, pelo que esperam relançar esse organismo dentro em breve.

E apontam a segunda quinzena de Maio, para esse rearranque. Os preparativos vão por isso de vento em popa, incluindo a formação especializada na área bolsista, ao mesmo tempo que as autoridades dos sectores procedem ao apetrechamento dos suportes informáticos que vão permitir o funcionamento da bolsa cabo-verdiana em moldes actuais. Nesta operação, Cabo Verde conta com a assessoria de especialistas portugueses do mercado de capitais.

Também está-se a preparar, segundo uma fonte ligada ao processo bolsista, um conjunto de **"avisos"** relativos aos procedimentos que vão disciplinar o funcionamento da BVCV. As autoridades do sector contam ter tudo pronto em Maio, de modo a garantir o arranque, de vez, daquele organismo, considerado estratégico para o normal funcionamento do mercado de capitais em Cabo Verde.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE



Hora de recomposição nos órgãos sociais

A Caixa Económica de Cabo Verde, o segundo mais importante banco comercial do país, vai passar em breve por uma recomposição dos seus órgãos sociais. Uma questão que poderá, inclusive, ditar a reconfiguração da actual estrutura administrativa da CECV, com o Montepio Geral a perder a sua actual posição de líder nos vários órgãos da Caixa.

O contrato para-social que rege o funcionamento da Caixa Económica de Cabo Verde, em vigor desde 2000 e válido por quatro anos, já chegou ao fim e, por conseguinte, está em vias de ser refeito. Através desse instrumento, e apesar de estar em minoria face aos accionistas da CECV, entre os quais constam o INPS e os Correios de Cabo Verde, o grupo Montepio Geral (Portugal) é quem tem detido o comando dessa instituição bancária cabo-verdiana.

A primazia do Montepio Geral foi, no fundo, a forma encontrada pelo governo anterior para atrair e levar aquele parceiro estratégico a abraçar a privatização da CECV, ocorrida em 1999. Essa estratégia foi, no entanto, considerada pouco ortodoxa pelo Fundo Monetário Internacional, que, numa das suas avaliações da economia cabo-verdiana, considerou de "leoninos" os privilégios do Montepio Geral na CECV sobretudo se comparados aos dos restantes accionistas, ou seja, o INPS, que detém a maioria do capital social, e os Correios de Cabo Verde, além da Ímpar, parceira do Montepio Geral.

Ora, volvidos quatro anos da vigência do contrato para-social e quando se aproxima a data da próxima Assembleia-Geral da CECV, o **Cifrão** apurou que o quadro prevalecente até aqui naquele banco cabo-verdiano poderá mudar a partir de 26 de Maio, data da referida reunião magna. No novo quadro, o INPS deverá, em princípio, assumir a presidência do Conselho de Administração, podendo, no entanto, o presidente da Comissão-Executiva da CECV, o órgão de gestão, continuar a ser indicado pelo Montepio Geral.

Mas as mudanças não ficam por aqui. Elas também poderão abranger os restantes órgãos da CECV, nomeadamente a Assembleia-Geral, Con-

selho Fiscal e Comissão de Vencimentos e Previdência. Esta última comissão, por exemplo, deverá ficar por conta da Ímpar.

Informações recolhidas por este jornal junto de várias fontes salientam, entretanto, que a recomposição da actual estrutura de comando do CECV foi inicialmente mal encarada pelos responsáveis do Montepio Geral, que chegaram, inclusive, a dar sinais de quererem desfazer-se da sua participação naquele banco cabo-verdiano, caso a alteração do **statu quo** reinante até aqui fosse levada avante. O Montepio terá, de certo modo, manifestado alguma reticência quanto ao seu relacionamento com o presidente do CA do INPS, António Neves, estando este em posição de força na Caixa Económica.

Porém, negociações que vêm tendo lugar entre as autoridades cabo-verdianas e aquele parceiro estratégico terão levado os portugueses a reanalisar a sua posição e a ultrapassar o mal-estar que se vinha desenhando na CECV. Até porque houve quem entendesse a atitude do Montepio como uma forma de "chantagem inadmissível", já que no mundo dos negócios quem detém a maioria do capital social é que comanda o barco.

Além disso, as autoridades cabo-verdianas estribam-se no facto de a participação do Montepio na CECV ser considerada pelos próprios responsáveis dessa instituição financeira portuguesa o seu melhor negócio feito em África. E apontam exemplos: apesar de apenas dominar um quarto do mercado cabo-verdiano, a CECV tem apresentado resultados que em nada ficam a dever ao principal banco privado do país, o BCA, que praticamente domina os restantes três quartos do sector financeiro deste arquipélago.

Ainda no ano passado, em entrevista a este jornal, o presidente do CA da Caixa Económica, o português Alberto Ramalheira, apontou um crescimento dessa instituição financeira em mais de 20% ao ano, algo que só acontece em economias de países emergentes da América do Sul, em especial o Brasil.

De todo o modo, sabendo que poderá deixar de presidir o Conselho de Administração da CECV e assegurada que está a sua presença em Cabo Verde durante a vigência do próximo contrato-social (2005/2007), o Montepio está a defender a revisão de partes do actual contrato-social, nomeadamente a cláusula que o obriga a só vender a sua participação mediante prévio consentimento escrito do Estado de Cabo Verde. Mas este parece ser um ponto pacífico, já que dados recolhidos por este jornal apontam que, de um modo geral, todos os accionistas da CECV consideram tal cláusula excessiva, atentatória à liberdade de acção que deve nortear qualquer negócio.

"Qualquer entidade é livre de continuar ou não numa determinada sociedade", comenta uma fonte. **"Obrigar o Montepio a manter-se na CECV, por via administrativa, além de contraproducente, é uma cláusula que hoje já não faz sentido em Cabo Verde. E por isso este é um problema que neste momento não se coloca".**

Para a referida fonte, **"mesmo que o Montepio, por exemplo, quiser desfazer-se das suas acções na CECV haverá sempre quem esteja interessado em adquirir essas acções, pelo simples facto de a actividade bancária em Cabo Verde estar a revelar-se altamente lucrativa. Aliás, os resultados da CECV são disso uma prova".**

OLHARES

O CONTO DO VIGÁRIO

Enquanto a partir do continente africano continuam a ser espalhadas pelo mundo, via Internet, propostas de "negócio" de filhos de ex-ditadores ou auto-denominados perseguidos políticos - que continuam a apanhar incautos atrás de dinheiro fácil - os contos do vigário que chegam do Norte são mais softs. Apresentam-se com nomes diversos, com sede em Londres, Paris ou Madrid, mas o objectivo é sempre o mesmo. Querem fazer os incautos acreditarem que num mundo de alta competição um pequeno empresário, de um sector qualquer, de um pequeno país, foi eleito como o melhor do mundo numa categoria qualquer. E Cabo Verde tem estado, nos últimos anos, particularmente em destaque na lista desses vendedores de contos de fada, cujo preço é o pretensão ganhador quem paga.

Mais uma empresa cabo-verdiana foi eleita, sem nunca se ter submetido a concurso e, igualmente, sem nunca ter recebido a visita de nenhum enviado estrangeiro encarregue de avaliar o seu desempenho, como a melhor do mundo do seu ramo. Depois de um pequeno restaurante em São Nicolau, uma jovem empresa de turismo do Fogo, uma pensão no Tarrafal, ou um outro pequeno empreendimento no Sal, foi a vez de uma empresa da Praia ser eleita a melhor do mundo no seu sector.

Na sequência da eleição, a dita empresa vai receber o prémio "Estrela Internacional WCCQ", na "categoria Ouro". Um prémio que vai ser entregue, com pompa e circunstância, o que quer dizer festa com plumas e paetês, fotografias para todo mundo ver que "é diversa", imagine-se onde: em Paris, a cidade das luzes, que cabe como uma luva para um prémio de estrela internacional, num dos seus hotéis mais caros. Como se isto não bastasse, a carta avisando do prémio destaca a importância do grande evento, onde vão estar "câmaras de televisão e fotógrafos da imprensa" a registarem os momentos de destaque da participação da empresa galardoadada.

Diante disso, como resistir? Há gente crioula, premiada nesse tipo de concurso que, sem recursos devido à pequenez do seu negócio escolhido como o melhor do mundo, chegou a pedir apoio ao governo para poder deslocar-se e receber tão honrosa distinção. E, sem resposta, ainda se achou no direito de acreditar que o governo não está disponível para apoiar o empresariado nacional na sua caminhada rumo à glória.

Sem querer desmerecer os empresários nacionais, que, na pequenez do meio e nas dificuldades do quotidiano, vão procurando impor-se, é preciso ter em conta que é preciso ainda percorrer um longo caminho antes de poder concorrer, a sério, no verdadeiro mundo dos negócios. Tendo isso em conta é preciso ser muito inocente para cair nesse tipo de negócio ultimamente muito voltado para Cabo Verde. Uma realidade que se pode agravar com o destaque que o país tem tido na imprensa europeia, com base na sua possível adesão à Europa.

Mas se a alguém restar alguma dúvida sobre a seriedade desse tipo de concurso, é bom lembrar que, num mundo em que a qualidade se rege por medidas - o padrão ISO, que já ultrapassou o limite 9000 - que Cabo Verde ainda não tem, é inconcebível que alguém a sério, na Europa, vá eleger alguma empresa em Cabo Verde num concurso a sério. Lembrem-se do problema que foi convencer a Europa a voltar a aceitar o nosso pescado?

Além disso, e no caso da carta anunciando o reconhecimento internacional da empresa cabo-verdiana, a cerimónia de entrega do prémio dá um xeque-mate em qualquer hipótese de se levar a sério a iniciativa. É que, segundo a documentação a que este jornal teve acesso, o premiado vai ter que pagar três mil e duzentos euros para passar duas noites num hotel, com pequeno almoço incluído. E para chegar a Paris onde vai participar numa cerimónia de três horas e meia tem de pagar o seu bilhete de passagem, levar um bom dinheiro no bolso para os extra, o que significa almoço, jantar, transporte e tudo o que estiver fora das duas noites.

Depois do regafofe de honra, os galardoados receberão um alfinete de ouro desenhado, segundo consta, por um tal Ignacio Asenjo que, os promotores garantem, é "mundialmente conhecido". A história toda pode ser até da carochinha, mas é necessário reconhecer, depois de ler toda a papelada, que a tal empresa espanhola que organiza o evento até se esforça para parecer séria. E o esforço é tamanho - tanto que consegue, em muitos casos, enredar no seu conto do vigário gente que quer ver o seu esforço para manter o seu negócio reconhecido, nem que seja com artimanhas do género.

CLIMA ECONÓMICO

Que o país seja melhor

Os indicadores de confiança da economia cabo-verdiana encontram-se em fase ascendente, revelam os inquéritos de conjuntura do Instituto Nacional de Estatística publicitados esta semana. Isto numa altura em que, segundo o mesmo organismo, os dados apontam que no ano passado o sector hoteleiro conheceu um crescimento de 3% em relação a 2003.

Depois da estiagem, a economia cabo-verdiana está a conhecer o melhor "clima de confiança", revelam os inquéritos de conjuntura relativos ao primeiro trimestre deste ano divulgados esta semana pelo INE. A indústria transformadora, transportes e serviços auxiliares aos transportes, turismo, construção e obras públicas, e comércio em estabelecimento são os sectores onde a tendência ascendente ficou visível. A destoa está apenas o sector do comércio em feira que registou uma queda, contrariando a

situação de crescimento em que se encontrava no último trimestre do ano passado.

Dificuldades financeiras e equipamento insuficiente são os dois principais factores que, na opinião dos operadores, afectam a expansão do sector da indústria transformadora. No turismo, que já é uma das principais actividades económicas de Cabo Verde, tendo crescido globalmente no ano passado em 3%, as dificuldades em encontrar pessoal com formação apropriada, o excesso de burocracia e a insuficiente da procura são também os constrangimentos registados pelos técnicos do INE no ano de 2004. Um outro sector não menos importante é o da construção e obras públicas. Aqui o nível elevado da taxa de juro, junta-se às referidas insuficiências da procura e burocracia excessiva impedindo o normal desenvolvimento desse sector de actividade.

RENATO LIMA, Presidente do Conselho de Administrador da ARE

Prestes a completar dois anos de criação, a Agência de Regulação Económica é ainda um organismo que passa ao lado dos cabo-verdianos. Nesta entrevista o presidente do seu CA diz que quer que a ARE seja reconhecida como uma instituição de utilidade pública, capaz de contribuir para a promoção da coesão social, proteger os interesses e direitos dos consumidores e o equilíbrio económico-financeiro dos operadores nos sectores sob a sua jurisdição. Relativamente à ausência da ARE das questões nacionais, Renato Lima diz que 'respostas precipitadas e inconsistentes constituem o primeiro passo para a perda de autoridade e credibilidade'.

-Por: CONSTANÇA DE PINA-



“ARE pauta suas acções por critérios técnicos”

Cifrão - A regulação é uma área nova, que surge em decorrência da liberalização da economia. Como enquadra a regulação em Cabo Verde?

Renato Lima - A regulação em Cabo Verde surge na sequência do processo de reforma dos sectores financeiros e das infra-estruturas, ancorada na Constituição da República, revista em 1999. Com efeito, reza a Constituição que cabe ao Estado regular o mercado e a actividade económica e financeira, podendo criar Autoridades Administrativas Independentes para o efeito. No entanto, se na área financeira a actividade reguladora mereceu sempre um relativo consenso, o mesmo não se pode dizer em relação ao sector das infra-estruturas, que conheceu um processo acelerado de privatização, com a transferência, nalgumas situações, de monopólios públicos para privados. Talvez a tradição jurídica prevalecente em Cabo Verde, com forte propensão para a interdependência das instituições, em detri-

mento da sua autonomia, tenha estado na origem da morosidade do processo de consensualização do figurino regulador que melhor se ajustasse às opções de reforma económica em curso no país. Contudo, após avanços e recuos foi aprovado o Regime Jurídico das Agências Reguladoras em Abril de 2003 e criada a Agência de Regulação Económica em Agosto do mesmo ano.

- A nota justificativa da ARE - diz que ela nasceu da necessidade de contribuir para a promoção do desenvolvimento económico-social de Cabo Verde, através da regulação económica nos domínios da energia, água, telecomunicações, transportes colectivos urbanos e marítimos de passageiros. Na prática, o que tem feito para justificar todas essas atribuições?

- Nós pretendemos de facto que a ARE seja reconhecida como instituição de grande utilidade pública, capaz de contribuir para a promoção da coesão social, protegendo simultaneamente os interesses e direitos dos con-

sumidores e o equilíbrio económico-financeiro dos operadores, nos sectores sob a sua jurisdição. Perante desideratos tão ambiciosos e aparentemente contraditórios, a ARE, em efectividade de funções há pouco mais de um ano, tem vindo a percorrer o caminho normalmente seguido pelas agências reguladoras, ou seja, criar em primeiro lugar um quadro humano tecnicamente capaz de desenvolver procedimentos e regulamentos indispensáveis ao exercício de regulação.

Embora seja compreensível uma certa crítica implícita na sua pergunta, convém esclarecer que respostas precipitadas e inconsistentes por parte das agências reguladoras constituem, normalmente, o primeiro passo para a sua perda de autoridade e de credibilidade. A título de exemplo, costumamos citar a experiência da Jamaica em que a OUR - Office of Utilities Regulation - agência de regulação de natureza idêntica à da ARE, levou cerca de três anos a solidificar as suas bases de actuação, sendo hoje considerada um caso de sucesso.

- Com que meios, financeiros e humanos, conta para desempenhar as suas funções?

- Por lei, os orçamentos da ARE devem ser financiados fundamentalmente pelas empresas reguladas, com base numa percentagem do seu volume de negócios. Em termos estatutários os operadores, através do Conselho Consultivo, participam na definição das linhas gerais de actuação da Agência, pronunciando-se sobre os seus planos de actividade e orçamentos. Acontece porém que o Conselho Consultivo se encontra em formação, uma vez que o seu presidente foi recentemente nomeado.

No ano de 2004, a ARE financiou as suas actividades com uma verba disponibilizada pelo Banco Mundial através da UCP - Privatizações, a qual se destinava aos primeiros seis meses de funcionamento da Agência. Apesar das dificuldades - os membros do Conselho de Administração trabalharam durante alguns meses sem o mínimo staff de apoio - foi pos-

sível, com base num plano previamente definido, desencadear o processo de admissão de pessoal e dar início à elaboração de procedimentos e regulamentos, sobretudo para os sectores de energia e água.

Neste momento a ARE conta, para além do pessoal auxiliar, com um quadro constituído por nove técnicos superiores, devendo admitir mais quatro nos próximos dias. Com referência a meios financeiros, embora não estejam dotados todos os órgãos da ARE que possibilitem a aprovação formal do Plano de Actividades e Orçamento, a relação de confiança estabelecida com alguns operadores fez com que a Agência não tenha passado por situações de ruptura financeira. Contamos ter a situação, cujas causas nos ultrapassam, completamente normalizada a partir do próximo mês de Maio.

- Não acha arrojado as empresas reguladas serem as financiadoras do orçamento da ARE, com uma percentagem do volume de negócios?

- Não existe qualquer risco no sistema de financiamento da Agência pelas empresas reguladas, uma vez que as contribuições serão recuperadas através das tarifas praticadas pelos operadores. Trata-se de uma modalidade de financiamento universalmente consagrada, que reforça a autonomia e a independência das agências reguladoras em relação à Administração Central do Estado. Acresce que a repartição das contribuições pelos operadores as torna pouco onerosas e com impacto irrisório sobre as tarifas.

FARTURA DE LEIS

- Quais as maiores dificuldades que a ARE enfrentou/enfrenta desde a sua criação?

- A profusão de leis nos diversos sectores sob a jurisdição da ARE, associada às razões atrás referenciadas, dificulta sobremaneira a actuação da Agência. A título de exemplo poderíamos apontar o Sector dos Transportes Colectivos Urbanos de Passageiros, no qual as responsabilidades são partilhadas pela ARE, pelos Municípios e pela Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários, ou o Sector das Águas, eventualmente o mais crítico, devido às especificidades de cada município do país.

Por outro lado, embora a economia cabo-verdiana seja considerada como sendo estruturada, faz falta um conjunto importante de estudos que possam determinar com rigor a natureza da procura de bens e serviços e a sua sensibilidade às variações de preços. Contudo, o elemento de motivação adicional para quem trabalha no ramo da regulação - num país com as características de Cabo Verde -, é precisamente a vontade de vencer barreiras e contribuir para a melhoria da competitividade da sua economia.

- Salvo raras aparições fugazes aquando do aumento dos combustíveis, pode-se dizer que não se nota ou se sente pouco a presença desta instituição no seio da sociedade cabo-verdiana. Que comentário?

- Estudos sobre a organização do mercado

dos produtos petrolíferos em Cabo Verde, iniciados em 2000, tiveram como desfecho principal a aprovação, em 2003, de um novo mecanismo de fixação de preços assente no princípio da sua variação no mercado interno, de acordo com a evolução registada no mercado internacional. Por conseguinte, face à alta de preços, particularmente grave no ano 2004 em relação aos anos precedentes, a administração da ARE, na posse do instrumento atrás referenciado, entendeu assumir as suas responsabilidades. Infelizmente persiste a tendência para a estabilização em alta, ficando, de facto, a ideia de que a Agência actua apenas para au-



...a ELECTRA nunca poderá ser uma questão política para a ARE. Existem de facto problemas entre os accionistas, os quais deverão ser resolvidos em sede própria. A ARE agirá sempre em observância dos regulamentos e das normas pré-estabelecidas.

mentar os preços dos produtos petrolíferos. Recorde-se, entretanto, que os preços dos transportes colectivos urbanos foram igualmente actualizados pela ARE. Em relação aos outros sectores, estamos a criar as condições que permitam uma intervenção de forma consistente, assegurando assim a credibilidade da regulação que passa pela gestão de interesses diferentes e muitas vezes contraditórios.

- Um exemplo da ausência da ARE é o seu silêncio ao longo do frenesim em torno da Electra, com acusações de parte a parte e de um pedido de mediação do Banco Mundial feito pelo governo de Cabo Verde. Não será hora de sair do “gabinete” e entrar na realidade dos problemas do país?

- A distribuição de energia eléctrica enquadra-se no âmbito dos denominados serviços de interesse geral, os quais são considerados essenciais à satisfação das necessida-

des básicas dos cidadãos. Foi com base nesse entendimento que o Plano de Acção da ARE deu alguma prioridade ao sector energético, encontrando-se em fase de conclusão um conjunto de instrumentos que vão permitir à Agência, a curtíssimo prazo, intervir no sentido de garantir as condições para que a concessionária da distribuição de energia eléctrica possa cumprir as obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Devemos reconhecer que o apoio do Banco Mundial e do Programa de Energia, Água e Saneamento (PEAS) tem sido essencial no sector energético. Contudo, convém realçar

delo Económico e Financeiro e os regulamentos de electricidade e de água serão aprovados até finais de Junho, entrando em vigor ainda no início do segundo semestre deste ano.

- A Electra não é apenas um dossier “político”, há problemas concretos de produção e distribuição de água que carecem de regulamentação e fiscalização...

- Como fazem observar os teóricos da regulação, nomeadamente o professor Vital Moreira, os critérios decisivos e caracterizadores das Autoridades Administrativas Independentes são a imparcialidade e a neutralidade. Não pode haver lugar à valoração política na actuação das AAI. Em situações de conflito e sem assumir uma posição superpartes, devem valorar e ponderar todos os interesses em jogo. Concretamente à questão colocada, a ELECTRA nunca poderá ser uma questão política para a ARE. Existem de facto problemas entre os accionistas, os quais deverão ser resolvidos em sede própria. A ARE agirá sempre em observância dos regulamentos e das normas pré-estabelecidas.

PRIVATIZAR NÃO IMPLICA LIBERALIZAR

- Também a nível das telecomunicações, há reclamações por causa das tarifas que são praticadas pela empresa que derivam, em parte, do monopólio da Telecom?

- A privatização e a liberalização não estão em relação de necessidade, ou seja, privatização não implica liberalização. No caso concreto da CV Telecom, passámos de uma situação de monopólio público para monopólio privado sem que existisse qualquer entidade que regulasse a actividade da empresa. Sem pretendermos entrar em questões de natureza técnica, diremos que os monopólios privados têm uma lógica própria para a maximização dos resultados. A regulação técnica e económica do sector das telecomunicações acaba de ser uma realidade no país, precisamente numa altura em que o mercado é aberto à concorrência em toda a sua dimensão, embora de forma gradual para a instalação de redes públicas. No que à ARE diz respeito, tudo será feito para que a competitividade de Cabo Verde não saia prejudicada pela actuação de qualquer operador. Repetimos, uma vez mais, que a regulação não pode ser feita no abstracto, tornando-se imperiosa a criação de instrumentos que possam ser utilizados com toda a transparência possível.

- As sedes da Shell, Electra e da Enacol - três das grandes empresas que estão no campo de acção da ARE - encontram-se na ilha de S. Vicente. Nesta lógica, concorda ou não que a sede da ARE devia estar também na cidade do Mindelo?

- Na realidade todo o território nacional deve sentir os efeitos da actuação da ARE, não sendo muito relevante a questão da localização da sua sede, com as actuais tecnologias de comunicação. Entretanto, e de acordo com os estatutos, a ARE poderá criar delegações ou qualquer outra forma de representação e manter serviços onde o adequado desempenho das suas funções o tornar necessário.

que não se trata de **sair do gabinete** nem sequer de **entrar no frenesim** em torno da ELECTRA. A administração da ARE quer pautar a sua acção por critérios de natureza essencialmente técnica, procurando a máxima objectividade na sua acção. É assim que concluímos, recentemente, um Modelo Económico e Financeiro que vai permitir avaliar o nível do tarifário praticado pela empresa e estamos prestes a aprovar os regulamentos tarifários para electricidade e água, com um conjunto de indicadores de desempenho - técnicos, económicos e financeiros - que deverão ser rigorosamente observados.

- Para quando o início da aplicação do Modelo Económico e Financeiro, que avaliará o nível tarifário da empresa, e do Regulamento Tarifário para Electricidade e Água?

- De acordo com os nossos planos, o Mo-

TRABALHADORES ACUSAM A CABO VERDE CLOTHING DE ATRASOS SALARIAIS E DESRESPEITO

Baixa produtividade dificulta o pagamento

Um grupo de trabalhadores da Cabo Verde Clothing Company, empresa sediada na Zona Industrial do Lazareto, São Vicente, denuncia várias irregularidades - como atrasos salariais sistemáticos, ausência de um serviços médico na empresa, alimentação de baixa qualidade, a par do desrespeito dos directores da fábrica - a que, dizem, são obrigados a consentir, para não perder o emprego. A CV Clothing Company admite os atrasos, que justifica com a baixa produtividade dos funcionários e a falta de um fundo de maneiço para cobrir despesas extras. Situação que, diz o director-geral, ficará resolvida logo que o governo cumprir as deliberações do Tribunal Internacional de Arbitragem em Paris, que deu provimento à acção desta fábrica contra o Estado de Cabo Verde.

- Por: CONSTANÇA DE PINA -



Dificuldades atrapalham o futuro deste unidade têxtil

Q

uase dois meses de salários em atraso - a empresa começou a pagar o mês de Março, ontem, quinta-feira -, e os trabalhadores da Cabo Verde Cloting Company já não sabem de

onde tirar dinheiro para pagar as contas de casa. Mãe de cinco filhos, Silva, nome fictício porque a identificação pode significar a demissão, traz no rosto as marcas da sua vida onde o desespero tem sido um companheiro constante. **“Trabalho nesta fábrica desde o princípio, isto é, há cerca de seis anos. Mas a situação deteriora dia após dia. Inclusive já não sabemos quando pagam os salários e nem adianta perguntar aos directores, porque respondem mal dizendo: “esta é uma unidade de confecção de roupas, não produzimos dinheiro” e “o chão é árido, não dá para colher dinheiro”. Ou entregam a carta de demissão com um “go home”. E temos filhos na escola, renda de casa, comida...”**

Mas os problemas desses funcionários não se resumem ao pagamento tardio dos salários. O grupo aponta, entre outros constrangimentos, a suspensão do serviço médico como medida de contenção de despesas, com todas as consequências advenientes. Contam que hoje, por exemplo, quando um funcionário se sente mal, e os desmãos são diários nesta fábrica,

são carregados por colegas que, com panos frios e água procuram despertá-los. Se o caso for grave, a direcção coloca o doente numa das viaturas da fábrica e leva-o para o hospital.

“A comida não é boa e é só para o pessoal com alta produção” diz uma das funcionárias. **“Os restantes têm de levar comida de casa ou então comprar um iogurte ou um sandwi-che que alguns colegas levam escondido porque é proibido. A água sai das torneiras com uma cor amarelada que dá medo beber, entramos de férias só se faltar algum material, e somos transportados em autocarros de aspecto decadente e como sardinhas enlatadas”**.

O director-geral da Cabo Verde Clothing reconhece que há atrasos salariais na empresa e que nos últimos meses a demora na regularização dos vencimentos foi maior que o habitual. A título de exemplo, Nuwan Amerascwshe confessa que só conseguiram pagar o ordenado de Fevereiro parcelado e o de Março com 20 dias de atraso. **“Devíamos ter dinheiro suficiente para aguentar as baixas de produção, que são normais nas fábricas. Mas acontece que o governo ainda não nos pagou as compensações, conforme decidiu o Tribunal Internacional de Arbitragem em Paris. É um dinheiro que podia funcionar como um fundo de maneiço e que nos permitiria, por exemplo, fazer os pagamentos atempados sempre que houver atrasos no embarque de encomendas e/ou baixas de produtividade”**, desabafa Nuwan Amerascwshe. E mais **“chateado”** está com o

silêncio das autoridades que, segundo ele, não atendem a CVCC nem respondem às cartas que esta lhes envia.

EFEITO BOLA DE NEVE

Sobre a baixa de produtividade, em particular, esse responsável admite que uma coisa leva à outra, ou seja, se há atrasos salariais, é normal que esta situação reflita na produção. É que fica difícil estimular um trabalhador a dar o seu máximo se a empresa não cumpre. É como efeito bola de neve, Amerascwshe indica que a empresa também não tem um fundo para fazer bons negócios, isto é, comprar tecidos e acessórios e vender peças prontas, daí não poder proporcionar outras regalias aos trabalhadores. **“Como não temos dinheiro para comprar a matéria-prima, estamos a trabalhar só na base da mão-de-obra, isto é, os clientes fornecem os tecidos e os acessórios, que são caríssimos. E, como é óbvio, os nossos lucros baixaram porque provêm unicamente da produção”**.

A nível interno, prossegue, a empresa enfrenta obstáculos, por exemplo, para importar materiais utilizados na confecção porque a Alfândega decidiu aplicar taxas sobre o papel transparente para as riscadas, papel químico e canetas, por exemplo, que são essenciais para o prosseguimento do trabalho. Também não podem importar viaturas nem em nome da empresa, nem dos seus directores. A via alternativa tem sido, segundo Amerascwshe, colocar as vi-

aturas no nome dos funcionários subalternos, para fugir às taxas alfandegárias. **“E estamos a falar de empresas francas, de preços baixos e do AGOA, que em Cabo Verde não fez sentir os seus efeitos porque as facturas não são baixas. Hoje, produzir uma peça na América Latina custa em torno de um dólar e meio, em países que ficam a um dia dos Estados Unidos. Em Cabo Verde uma peça nunca sai por menos de 2,3 dólares, e a qualidade é a mesma em qualquer parte do mundo”**.

Nesta de contenção de despesas, o DG afirma que a equipa médica da fábrica foi substituída por funcionários treinados pela Cruz Vermelha de Cabo Verde para prestar os primeiros-socorros e, em caso de necessidade, são levados ao hospital, que fica a 5 minutos da unidade. Agora, relativamente à alimentação, Amerascwshe é peremptório. **“Comemos a mesma comida que é servida aos mais de 600 funcionários. Simplesmente não fazemos as refeições na cantina. A nossa parte é colocada numa terrina e trazida cá para a administração. Já recebemos visitas, por exemplo do director da Coca Cola e da DHL, que almoçaram aqui sem problemas. O menu é quinzenal e não altera”**, informa esse responsável, desafiando qualquer pessoa a testar o menu da CVCC.

Sobre o racionamento, diz Amerascwshe, a empresa reserva-se o direito de premiar os trabalhadores com níveis de produção mais ele-